

# VER, TOCAR, PRESERVAR: PENSANDO A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO A PARTIR DE SUA TANGIBILIDADE

Debate ou discussão em teoria social

GT 32 Sociología del Arte y de la Cultura

Mauro Meirelles

Professor do Unilasalle - Canoas.

Valdir Pedde

Professor da Universidade Feevale – Novo Hamburgo.

## Resumo:

O presente texto visa discutir a questão do patrimônio material, imaterial e dos bens culturais a partir da ótica do tangível e do intangível. Neste discute-se o modo como as pessoas e o Estado de uma maneira geral se relacionam com a questão do patrimônio cultural em função de diferentes referentes e do grau de presença que este possui no cotidiano. Argumenta-se que quanto maior o grau de presença de determinado "bem", seja ele cultural, histórico etc. no imaginário social e na vida das pessoas, maior sua tangibilidade e, portanto, maior a sua incidência perceptiva, o quê, o elevará a um status diferenciado a partir de seu reconhecimento legal e, quando for o caso, seu tombamento.

**Palavras-Chave:** Tangibilidade; Patrimônio Material e Imaterial; Preservação.

## Introdução

Como diria Karl Marx (2012a) o que diferencia a melhor abelha do pior arquiteto é a capacidade que o ser humano tem de pensar o mundo presentativamente. Em nosso aprendizado, na escola, também, aprendemos com o decorrer dos anos a pensar o mundo abstratamente como bem demonstrou Piaget (1985; 1986; 2007). Aprendemos, ainda, que ao invés de simplesmente vivermos todas as experiências com vistas a produzir ressignificações em nossos esquemas mentais, podemos compartilhar experiências com os outros e interagir com estes trocando experiências e aprendendo a partir de vivências que não são nossas a priori, principal argumento de Vygotsky (2008) e sua teoria da aprendizagem. Já Freire & Shor (1986) nos trazem a ideia de que todo aprendizado se dá de forma relacional e conectada a nossa realidade. E deste modo, é através da interação como quer Vygotsky, ou do diálogo como o propõem Freire & Shor (1986, p. 64) *que os seres humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e re-fazem*, dotando-a de sentido, a partir do experienciado e do vivido como já argumentara Durkheim (1914; 1970)

Isto posto, tem-se então que toda a forma de apreensão da realidade deve estar situada no tempo e no espaço de modo que, aquilo que hoje faz sentido, amanhã pode não o fazer. Pensado em termos cognitivos e, também, a luz da antropologia, o mundo tal como o percebemos é construído de modo relacional e o sentido da vida como o quer Weber (1991) se dá a partir do presente e da perspectiva de um porvir e do prenúncio do fim. A realidade pensada em termos relacionais se resume a uma teia de significados a qual aquele que a percebe, o sujeito, está vinculado (GEERTZ, 1989).

Mas, as conexões que esse sujeito estabelece não são aleatórias e são o resultado de experiências vividas e compartilhadas por um determinado grupo ou sociedade a partir de diferentes campos de contingência. Pois como diria Clifford Geertz estamos imersos numa teia de significados

com infinitas ligações e possibilidades, a qual se constitui a partir de nossa experiência de vida, daquilo que experienciamos em cada ato nosso (BAKHTIN, 1993), de nossas vivências quotidianas (DURKHEIM, 1914), de nossa memória (HALBWACHS, 2006), do modo como percebemos as coisas e imaginamos o mundo (CORTEN, 2006; DURKHEIM, 1970) a partir de um determinado campo de contingência (LACLAU & MOUFFE, 1985; MENDONÇA, 2003) que nos é dado pela nossa própria cultura e, também, por nossa trajetória de vida e/ou *illusio* (BOURDIEU, 1986, p. 71; 1996, p. 139-140).

Assim, dado o exposto até aqui e voltando a assertiva marxiana com a qual iniciamos o texto tem-se que o mundo e aquilo que valoramos e desvaloramos em termos do que comumente denominamos de patrimônio cultural e/ou bens culturais é o resultado dessas conexões, dessas vivências e experiências individuais e coletivas que, num determinado tempo e espaço são dotadas de sentido. E, é no sentido de pensar essas duas noções – a de patrimônio e bem cultural – em termos de sua tangibilidade que desenvolvemos nosso argumento. Nossa tese reside, sobretudo, no fato de que quanto maior a tangibilidade concreta que determinado “bem” assume, maior a sua valoração e reconhecimento no interior de diferentes mercados e circuitos (ZELIZER, 2005).

### **1. Do tangível: ver, tocar, preservar**

O ver não é algo mecânico/biológico, mas está interligado ao ente que olha. O olhar não é discricionário. O ver, portanto, está conectado a experiência vivida pelo espectador, por suas crenças, classe social, instrução, por sua cultura. O ver é definido pela intencionalidade daquele que olha (AUMONT, 1993). Quando nos referimos ao ato de ver, o que queremos dizer é que estamos nos ocupando de um recorte, de uma parte finita, de tudo aquilo que está ao alcance do nosso olhar. Numa analogia bastante simples, o ver nada mais é que aquilo que destacamos na paisagem, ou seja, aquilo que está em foco e que colocamos em evidência em função de nossos interesses subjetivos.

Mas somente o olhar interessado que se constitui no ato de ver. O ato de ver é, portanto, ato instituinte do mundo (BAKHTIN, 1993) e elemento constituinte de nossa doxa (BOURDIEU, 1977). Contudo, sua tangibilidade e presença concreta dependerá do sentido que atribuímos aquilo que vemos e o valor que aquilo que é visto assume no interior de determinados circuitos (ZELIZER, 2005; PRICE, 2000) e comunidades de sentido das quais fazemos parte (BACKZO, 1984).

Tudo aquilo que vemos, sentimos e tocamos só assume valor no interior de diferentes tradições, sejam elas religiosas, políticas, econômicas, culturais etc., são tradições inventadas como a Kalevala (LÖNNROT, 1978), são apropriações que são feitas de tradições culturais de outros grupos que, reinventadas assumem novo valor como o caso do jazz (HOBBSAWN, 1991), enfim, são coisas que só fazem sentido para aqueles que no interior de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) as têm como constituintes de sua identidade.

Contudo, nem tudo aquilo que para nós têm valor e que no interior de nossa comunidade é tido como demarcador e/ou característico de um determinado grupo é reconhecido e tido como detentor do status de patrimônio e que, em virtude de ocupar esse status diferenciado, mereça ser preservado e estar sobre a guarda do Estado. Pensar a tangibilidade de um determinado lugar, de uma determinada tradição musical, artística ou cultural é buscar perceber o lugar que, este bem e/ou patrimônio cultural, ocupa no mundo daqueles de que este faz parte e para o qual têm sentido.

Por conseguinte, refletir sobre o patrimônio significa pensar sobre o lugar que uma obra ocupa no seio de uma dada sociedade e/ou grupo social específico. E, sendo o ver, portanto, entendido como uma ação repleta de intencionalidade ela própria, como nos referimos acima, têm-se que a importância de um bem ou patrimônio cultural é dado no interior da cultura, da tradição e da história. Por conseguinte, o ver submete o olhar a uma organização e hierarquização do campo visual, ou seja, ao modo como aprendemos a perceber o mundo.

Por conseguinte, uma obra, uma vez vista, um lugar que por alguma vez estivemos, uma música ou dança que por uma vez ouvimos e/ou dançamos, isto é, que de alguma forma foi vivida por nós, pode constituir-se em uma obra/tradição/lugar de memória a ser preservado. Disto decorre que, só preserva aquele que conhece, só conhece aquele que vive a experiência, só vive a experiência aquele que percebe aquilo que é objeto de interesse, só percebe aquilo que é objeto de interesse aquele que aprendeu a percebê-lo.

Daí a importância da educação patrimonial para ensinar nossos jovens a ver e perceber o mundo de forma diferenciada. Não menos importante, também, deve ser o incentivo ao turismo patrimonial, pois além do conhecimento, é preciso que o indivíduo reconheça e estabeleça uma relação dialética com aquilo que é por ele percebido e isso, de certa forma, só é possível a partir da vivência e da experiência, do estar lá, do quando a batida do tambor e/ou atabaque soa em nossos ouvidos, de quando sentimos o cheiro do lugar, de quando vemos e/ou tocamos naquilo que até então só existia para nós em termos abstratos. É, portanto, na concretude da experiência que traz consigo a ideia de turismo patrimonial que, o patrimônio adquire, também, concretude e tangibilidade.

Pensado em termos econômicos têm-se que o mercado de bens culturais no qual em sua acepção mais genérica inclui aqueles relativos aos mais diversos tipos de patrimônio é um campo de trocas onde circulam bens de natureza diversa, onde, o valor de uso está descolado do valor de troca. São bens e produtos que não pertencem a uma pessoa ou alguém. São bens e produtos que pertencem a uma determinada comunidade, que circulam num determinado circuito e que nele adquirem seu “pedigree”. São bens que para muitos não valem um vintém, mas para outros são tudo aquilo que possuem. Bens culturais, portanto, só possuem valor para aqueles que o conhecem e reconhecem e, desta forma, só possuem tangibilidade e existência para aqueles que estão preparados para apreendê-los em sua condição *sine qua non*.

## **2. Do intangível: imaginar, apreender, preservar**

Concebida enquanto representação coletiva que assume valor no interior de uma dada comunidade de sentido, um bem cultural e/ou obra é, em si, a manifestação concreta de uma cadeia de significados que evoca um campo de contingência específico (LACLAU & MOUFFE, 1985; MENDONÇA, 2003) e a partir dele inclui/informa aquilo que têm ou não valor e tangibilidade/existência. Contudo, seu correlato concreto e evocativo – a obra e/ou bem – do ponto de vista prático e formal só existe porque o reconhecemos enquanto tal, seja pela dialética da negação, seja pela dialética da positivação.

No âmbito da dialética da negação, esta, tributária a Hegel, tem-se que o reconhecimento daquilo que é, se dá a partir daquilo que não é. Contudo, mesmo que negada a existência (daquilo que não é), o elemento suprimido (aquele que não é) não deixa de existir e é, elemento constituinte daquele que é. E neste sentido a alegoria da maçã, do homem que olha para ela e diz: “Tu és maçã, e ao te reconhecer enquanto maçã me reconheço enquanto homem e, portanto, não enquanto maçã” é ilustrativo desse processo.

De outra maneira, pela dialética da positivação tal reconhecimento também é possível, e se dá, sobretudo, pela constituição e/ou identificação de afinidades relacionais objetivas, estas, percebidas de forma crítica pelo sujeito histórico. É o caso, por exemplo, do uso invertido que Marx faz da mesma dialética proposta por Hegel, só que, neste caso vai além do idealismo do primeiro e propõe-se a pensar o mundo a partir das condições objetivas de existência dos diferentes sujeitos históricos em diferentes momentos do tempo através daquilo que comumente nominamos como materialismo histórico dialético. Assim sendo, têm-se então que, na mesma direção de Hegel, A só existe em função da existência de B, ou seja, em razão do antagonismo existente entre eles, contudo, as semelhanças param por aí. Uma vez que, diferentemente do idealismo hegeliano em que algo existe pelo meu

reconhecimento e nomeação consciente de sua natureza e, portanto da minha existência, no caso da dialética marxista, essa existência de algo no plano ideal só se dá a posteriori, ou seja, pela posituação, mediada pela posição crítica do sujeito histórico.

Disto decorre que, aquilo que se percebe, vê ou imagina, só existe porque preciso dele para ser o que sou, de modo que, neste caso, a tangibilidade daquilo que é tido como patrimônio se dá pela necessidade que tenho, no plano ideal, de reconhecer a este outro, para ser o que sou. Deste modo, quando me identifico como afro-brasileiro, como imigrante italiano e/ou alemão, por exemplo, e a partir disto, reconheço determinadas tradições, artefatos, monumentos, prédios e todo ou qualquer tipo e/ou forma de expressão cultural relacionada ao grupo que julgo pertencer, tomo consciência do que sou e, a partir disso, nego aquilo que não sou e esse outro que me antagoniza.

Assim, se reconheço, por exemplo, a dança e a música afro-brasileira como patrimônio imaterial que me serve para dizer e expressar quem sou, no momento que faço isso, acabo por negar, por exemplo, outras formas de expressão cultural típicas da italianidade e da germanidade. Disto decorre que, só terá valor no interior do grupo do qual faço parte, aquilo que neste adquire concretude a partir de seu reconhecimento e que, faz parte daquilo que faz ser o que sou. De modo que, como colocamos na primeira parte deste texto, tais bens culturais e patrimoniais se tornam tangíveis, pois o apreendemos em finitude e concretude, o vemos e o percebemos enquanto algo que possui materialidade em nossa existência. E, é nesta “prisão do escravo” que antagoniza com o senhor sua existência (HEGEL, 1992, p. 130-131) e que, em função de duas condições objetivas de existência não consegue aniquilar o senhor, pois depende de sua condição de escravo para subsistir que, nasce a dialética marxista.

E, o escravo que no plano ideal não pode ao senhor aniquilar, ao situar-se como sujeito histórico ganha materialidade e por reconhecer ao outro, ao senhor que o antagoniza, lhe dá existência real. Disto decorre que, esse outro, no caso de Hegel o senhor, e no caso de Marx, o burguês, apenas existem por reconhecimento do outro, ou seja, pela aceitação de sua posição antagonista diante daquele que o antagoniza, de modo que, para existir e ser escravo e/ou trabalhador, estes tem que alienar sua força de trabalho para subsistir (MARX, 2012b).

É, portanto, necessário, do ponto de vista de Marx que tanto o escravo quanto o trabalhador, se reconheçam como sujeitos históricos para, em seguida, como não-senhor e/ou não-burguês, constituírem-se naquilo que são a partir de suas condições objetivas de existência, algo que, no plano da dialética hegeliana somente se dará no plano ideal, sem contudo, considerar a existência real daquele que se antagoniza.

Neste sentido, há na dialética da posituação de Marx, uma tendência interpretativa a que o indivíduo apenas reproduza a ideologia dominante, suas condições e relações sociais sem, contudo, transforma-la ou muda-la, ou seja, que o sujeito, desta forma, apenas aceita aquilo que está dado. É para sair desta situação que Marx coloca como fundamento a necessidade de crítica ao sistema de modo que, é pela crítica, ou seja, pelo reconhecimento de si como sujeito histórico que a sua dialética assume um papel de positividade.

Assim sendo, tem-se que para Marx, o reconhecimento da posição de um indivíduo como sujeito histórico o conduz não apenas ao reconhecimento de si pela negação/oposição do/ao Outro, mas pela inserção em seu campo como um ser objetivado pelas relações sociais, econômicas e políticas dadas, estas, passíveis de serem transformadas por esse sujeito que se reconhece a partir de suas condições objetivas de existência. Algo que, Hegel, ao propor seu modelo dialético não consegue resolver permanecendo assim, apenas, no plano da tradição imposta pelo idealismo alemão do qual é herdeiro e alvo das interpelações filosóficas de Marx (1998) em muitos trechos do livro “A Ideologia Alemã”.

Isto posto, tem-se então dois caminhos pelos quais qualquer patrimônio pode ganhar existência/tangibilidade. O primeiro deles a partir de seu reconhecimento e, posterior, antagonização e

negação. O segundo por seu caráter informativo enquanto campo de contingência do real. E deste modo, a consideração de uma obra/patrimônio, por exemplo, é dada pela representação que essa imagem concreta evoca, tanto naqueles que a classificam como tal, quanto o que evoca nos espectadores em geral. Assim, o valor de um patrimônio pode ser “visto” de maneiras distintas e até conflitantes dependendo das representações dos indivíduos que são por elas mediados. Juntamente com isso, para “ver” algo como patrimônio, ela precisará ser simbolicamente representativa de um conjunto social.

Assim, tem-se, segundo Kant (1999), todo conhecimento começa com a experiência, ou seja, pela faculdade humana que é despertada para o exercício de sentido quando com determinados objetos temos contato e a partir deste, produzimos, representações. Tais representações servem-nos para assimilar a matéria bruta da experiência, da vivência quotidiana, de nossas condições de existência, daquilo que aprendermos a ver e valorar. Sendo assim, nenhum conhecimento precede a experiência e, todo o conhecimento, começa nela.

Todavia, apesar de nosso conhecimento ter início na experiência sensível, nem sempre, este, se origina da experiência romântica e onírica. Dai então, sua concretude objetiva. Logo, tal conhecimento pode ser tido como dado a priori, o qual, não se origina na experiência romântica e onírica de ser-no-mundo ou, ainda, como dado a posteriori, ou seja, como fruto e consequência da experiência sensível e sensorial. Neste sentido, quando aqui nos referimos aqueles bens culturais e/ou patrimoniais que são tidos como tangíveis estamos nos referindo aqueles que são fruto da experiência sensível e sensorial, ao passo que, aqueles tidos como intangíveis, encontram-se no plano de um idealismo romântico que beira o onírico.

No entanto, como já nos mostrou Bourdieu (2007) um sistema simbólico tende a ser um instrumento de imposição/legitimação da classe dominante sobre outra. Destarte, o campo simbólico é um campo de lutas na qual a classe dominante tende a colocar sua visão de mundo buscando impor um consenso sobre o sentido de uma determinada realidade. Assim, a intencionalidade daquele que vê está eivada por sua posição mais ou menos consciente da arbitrariedade da construção daquilo que é ou pode ser considerado patrimônio.

O patrimônio é assim, na maioria dos casos, definido por aqueles que estão fora do circuito como no caso da determinação do valor monetário das crianças com a qual se ocupou Zelizer (1985; 1992). E, neste caso, não são os grupos sociais que definem o que é, ou não, patrimônio e sim, o Estado, através de historiadores, antropólogos, arqueólogos, sociólogos, advogados etc. e, no caso das crianças de Zelizer, os tribunais.

Portanto, o reconhecimento de um bem cultural como patrimônio, seja esse material ou imaterial, como o que é, pode ou deve ou não ser visto e considerado como patrimônio relaciona-se, assim, às experiências de uma época e sociedade, especificamente, de suas classes dirigentes. Há um circuito social onde este é reconhecido por positivação ou negativação e aí temos sua tangibilidade, mas não legalidade e/ou tombamento. Seu status legal e reconhecimento pela historiografia se dá através do Estado e daqueles que dizem através deste o que deve, ou não, ser visto como patrimônio, merecendo assim, seu tombamento.

De qualquer forma, esta relação que organiza/hierarquiza a visão do espectador possui maior sucesso na medida em que, de alguma forma, está próxima do campo visual/perceptivo do espectador. Nesse sentido, o tamanho ou imponência de uma obra ganha importância na medida em que ela exige uma relação entre o espectador e a obra (AUMONT, 1993).

### **3. Do tangível ao intangível: adde valorem et amittere valorem**

Conforme Aumont, a moldura de uma obra é sua “fronteira material, tangível” (1993, p. 144). Mas ela possui igualmente uma moldura intangível, pois enquanto a anterior é concreta, esta é abstrata.

É possível pensar, como o faz Kuhn Jr (2013), que existe uma relação dialética entre o que está dentro e o que está fora da moldura. E seu sentido, grosso modo, se dá pela relação positiva ou negativa que estabelecemos com essa. Tal relação é estabelecida no interior de um dado circuito (ou mercado de bens) e em função dos círculos pelos quais circula, de modo que, tanto melhor será o seu pedigree (ou certificação) quanto mais for reconhecido por aqueles que a avalizam.

Obviamente, a moldura é um delimitador de sentidos, daquilo que está dentro e o que está fora da moldura. E a vivência sensório-motora, a experiência e a relação daquele que a vê, daquele que sente seu cheiro é, também, parte constituinte do significado desta. Seu significante é, portanto, o sujeito, o qual, com a obra/patrimônio se coloca em relação. Seu sentido e valor, desta maneira, é dado por aquele que com ela estabelece uma relação. E, no mercado de trocas simbólicas, tal valor assume diversas conotações que são muitas vezes intangíveis ou difíceis de mensurar em termos econômicos.

Assim, tem-se que, para muitas pessoas a significação do que está dentro é dado pelo que está fora da obra. Para buscar elucidar esta questão, tomemos o exemplo colocado por Norberto Kuhn Jr. O quadro de Monalisa é reconhecido como obra de um artista virtuoso Leonardo Da Vinci. Ele encontra-se no Louvre. O Louvre é igualmente reconhecido como um dos mais importantes museus do mundo. Lá o quadro de Monalisa é uma obra destacada, mas existem outras importantes obras acolhidas pelo museu. Daí o reconhecimento do próprio museu. De alguma forma, o Louvre emoldura a obra de Da Vinci. Mas, supondo que o quadro de Monalisa viesse para a pinacoteca de alguma universidade, seria a obra que moldaria de importância a pinacoteca.

Assim, temos uma dupla possibilidade. Uma obra artística pode ser emoldurada ao ser acolhida por um importante museu, como também, uma reconhecida obra pode emoldurar um espaço de exposição de arte menos reconhecido. Isto posto, tem-se então que, quando um bem cultural/patrimônio têm seu reconhecimento pelo Estado, este, se dá a partir do processo de tombamento do mesmo. Neste sentido, tem-se que, este adquire sentido e é dotado de valor a partir de quem está fora, daquele que, não necessariamente, teceu/construiu uma relação para com este. O valor, portanto, é dado pelo mercado onde este circula e pelo lugar que este ocupa, de modo que, quando esse agrega valor a partir de fora, daquele que o emoldura, é muito mais fácil de realizar-se uma conversão e de atribuir-lhe um valor.

Assim, podemos pensar a questão do ver, tocar, preservar, como resultante de um emolduramento local e sociocultural. Uma obra, seja ela uma construção, seja um ambiente natural, ou, ainda, um bem cultural, também recebe de seu emolduramento sociocultural a importância. Assim, a realidade sociocultural na qual a obra está envolta, é uma moldura tangível na medida em que ela é tecida pela experiência vivida de um determinado grupo. E é essa valoração, dada pelo circuito, pelo seu emolduramento e/ou pela forma que nos relacionamos com ela que nos faz valorar/desvalorar um bem/patrimônio.

Tal valoração/desvaloração fará parte do fazer-se ver. E o fazer-se ver, resultado da experiência sensível ou do emolduramento denotará certo referente. E, é, em função desse referente que esse bem cultural/patrimônio assumirá determinado valor, seja esse financeiro, afetivo, experiencial, educacional, cultural, religioso etc. Portanto, será a partir desse circuito e do modo como nos relacionamos com ele que, este, se fará preservar.

### **3.1. Ver e Imaginar não é o mesmo que tocar e apreender**

Se o olhar corresponde ao ato mecânico de apreender determinado fenômeno da experiência sensível, e o ver, a subjetivação daquilo que se vê a partir de determinado recorte finito, tem-se então que, em termos kantianos, ao primeiro corresponderia a apreensão concreta da realidade e, a segunda a sua subjetivação e valoração. Contudo, em nenhum dos casos a experiência sensível é condição *sine*

*qua non* para sua existência e tangibilidade e não exige a proeminência do sujeito para seu reconhecimento.

Doutra forma, quando nos referimos ao imaginar temos que este corresponde a determinado recorte perceptivo de uma experiência sensível valorada em que, como no caso do olhar, a experiência em si, não é, também, condição *sine qua non* para sua existência e tangibilidade. Todavia, o que vale aqui é a experiência subjetiva daquele que olha e o modo como este percebe aquilo que apreende a partir daquilo que vê, do recorte que faz da realidade em função de um campo de contingência específico, onde, a proeminência do sujeito é condição *sine qua non* para sua constituição.

Deste modo, quando apreendemos algo, através de uma experiência sensível, estamos de certa forma, realizando certo conjunto de operações correlatas que implicam em diferentes níveis perceptivos e graus de interação/relação com o objeto apreendido. O tocar, assim como o olhar, é um ato mecânico, contudo, o modo como é apreendido envolve certo conjunto de sensações de modo que, diferentemente do olhar em que o que se guarda é a imagem, o visto, quando tocamos, o que se guarda é a sensação. Ou seja, uma abstração reflexionante daquilo que experienciamos de modo que, esse registro torna-se único e irreprodutível, impossível de descrever. Desta forma, quando nos referimos a tangibilidade de algo em função de uma experiência sensível, de um emolduramento, estamos nos referindo a essa percepção discricionária e ao modo como, cada um de nós, se relaciona com determinada experiência e registra aquilo que viveu.

Assim, tem-se que quanto maior for o grau de presença de determinado "bem", seja ele cultural, histórico etc., no imaginário social e na vida das pessoas, maior sua tangibilidade e, portanto, maior a sua incidência perceptiva de modo que, ele obterá tratamento diferenciado, tanto por parte das pessoas que o consideram como um lugar de memória, quanto pelo Estado que o elevará a um status diferenciado a partir de seu reconhecimento legal e, quando for o caso, seu tombamento.

Portanto, é com esse "fazer ver-se" e o modo como determinados lugares e/ou costumes assumem um status maior do que outros e o porquê uns assumem maior destaque que outros, que nos ocuparemos a seguir com vistas a pensar o modo como os indivíduos acabam tecendo para com esse objeto da experiência sensível um relação diferenciada. O que implica em um maior ou menor reconhecimento deste e, também, um maior envolvimento para com este com vistas a sua preservação.

### **3.2. A importância do referente: do fazer-se ver, do fazer-se preservar**

Assim como em nossa memória associamos toda e qualquer experiência sensível a um referente e/ou significante que lhe dota de sentido a partir de diferentes esquemas simbólicos que são significados e ressignificados a toda hora e a todo tempo, tem-se que, também, com o ato de fazer-se ver, isso não é diferente. Isto posto, tem-se então que toda a forma de apreensão da realidade deve estar situada no tempo e no espaço de modo que, aquilo que hoje faz sentido, amanhã pode não o fazer. As relações são construídas, assim, a partir das interações, onde, o que vale é o referente.

Mas, as conexões que esse sujeito estabelece não são aleatórias e são o resultado de experiências vividas e compartilhadas por um determinado grupo ou sociedade. E nesse sentido, o sentido da vida se dá no próprio ato que o institui (BAKHTIN, 1993). Esse ato, independente do modo como ele se dá, é, grosso modo, um sistema de agregação de valor – *ratio add valorem* – de modo que, tanto mais valor será agregado a esse quanto mais importância esse subsumir no mercado de bens simbólicos em que circula. O fazer-se preservar refere-se ao resguardo da memória, da experiência sensível e, portanto, a um ato reflexionante do sujeito. No âmbito coletivo, da memória social, esse ato se faz presente nas políticas legais relativas ao resguardo daquilo que é tido como patrimônio, o qual, emoldurado pelo Estado, adquire um status superior.

Em contrapartida, algo perde valor, quando deixa de ocupar lugar de destaque porque, seu referente, deixa de existir de modo que, como na alegoria hegeliana sem o escravo, inexiste o senhor.

No âmbito do modo como percebemos o mundo, isso acontece, quando ressignificamos nossos possíveis e o modo como pensamos o mundo presentativamente (PIAGET, 1985; 1986; MARX, 2012a). Nesse caso, o referente deixa de ser o sujeito em si, e a experiência sensível ganha proeminência de modo que, o status adquirido por determinado “bem” se assenta de dentro para fora e na relação que estabelecemos para com tal objeto, na forma como o apreendemos e o significamos no interior de determinado campo de contingência em específico.

## Considerações Finais

O que tentamos mostrar no presente texto é que para além de uma definição conceitual daquilo que se entende por patrimônio/bem cultural existe todo um conjunto de questões que devem ser consideradas. Neste sentido, tem-se que nenhum conceito por mais preciso e refinado que seja é capaz de trazer em si tudo aquilo que ele realmente é, e lastrear-se em interpretações apenas baseando-se numa noção estrita sem considerar a ecologia do sistema e o modo como esse opera na realidade, incorre em cairmos na normatividade da regra.

Não queremos dizer com isso que conceitos fechados não são eficazes para se pensar o mundo e as coisas, senão, estaríamos incorrendo no fim da ciência e em seu propósito último. O que se quer destacar é que, todo conceito – e aqui incluímos a noção de patrimônio – é relacional e considerar sua gênese e modo como ele é produzido e apreendido é basilar para termos a real dimensão de seu alcance. Isso se torna ainda mais necessário quando nos referimos a conceitos extremamente polissêmicos que em si trazem muitas adjetivações como por exemplo a noção de patrimônio que em suas versões adjetivas implicam em diferentes recortes e entendimentos de modo que, aquilo que é entendido como patrimônio material possui uma especificidade diversa daquilo que se entende por patrimônio imaterial.

Desta maneira, decorre do exposto que aquilo que existe, ou que passa a existir em determinado momento da história da humanidade, é em grande parte carregado de história, de subjetividade e da relação que diferentes pessoas e grupos estabelecem para com o objeto sensível a ser apreendido. Ao passo que, sua valoração/desvaloração num sistema de *ratio valorem* se dará, portanto, a partir do status que esse ocupa no interior do campo de contingência no qual este está inscrito e do modo como esse circula no interior de diferentes mercados e circuitos simbólicos.

Seu valor fiduciário, por sua vez, se lastreia no referente. E tanto mais valor e status subsumirá quão maior for a sua tangibilidade perceptiva e o valor que é por esse agregado em função de seu reconhecimento. Se a valoração vêm de dentro, do sujeito que objeta o objeto, seu valor agregado assume o caráter de moeda social, de circulação restrita e local e políticas de preservação de bens culturais e patrimoniais ligadas a esses circuitos menos abrangentes devem primar muito mais pela educação patrimonial e pela retomada da tradição local para que, melhores resultados, sejam obtidos. O referente aqui, é o sujeito. Se a valoração vem de fora, daquele que emoldura o “bem”, tem-se que seu valor assenta-se muito mais num mercado de circulação de bens simbólicos muito mais amplo, onde, o referente está em todo lugar e em lugar nenhum, e aí reside seu caráter fiduciário. Crê-se em seu valor, e na confiança que se têm naquele que avaliza e lhe garante “seu peso em ouro”. Aqui o referente é o Estado e suas agências de modo que políticas de preservação ligadas a essa esfera, envolvem muito mais, a construção de sua tangibilidade, de lhe dar existência em outros circuitos e mercados, do que apenas ensinar a ver e perceber, mas também, a valorar e lhe garantir reconhecimento em outros circuitos.

## Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AUMONT, Jacques. *A Imagem*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1993.
- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. In: *Enciclopédia Einaudi. Volume 1. Memória e História*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. Pp. 296-331.
- BAKTHIN, Mikhail. *Toward a Philosophy of the Act*. Austin: University of Texas Press, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- \_\_\_\_\_. *L’illusion biographique*. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n.62-63, 1986. Pp.69-72.
- \_\_\_\_\_. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- CORTEN, André. “Introduction”. In: CORTEN, André; MOLINA, Vanessa; GIRAD-LEMAY, Julie; (Orgs.). *Les frontières du politique en Amérique latine: imaginaires et émancipation*. Paris: Karthala, 2006, p. 7-24.
- DURKHEIM, Emile. “Le dualisme de la nature humaine et ses conditions sociales”. *Scientia*, Paris, n. 15, p. 206-221, 1914.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Forense, 1970.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e Ousadia: O Cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HEGEL, Georg W. F.. *Fenomenologia do Espírito – Parte I*. Petropolis: Vozes, 1992.
- HOBSBAWN, Eric. J.. *História social do jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- KUHN JR., Norberto. “tópicos sobre ciência, sociedade e autoria no mercado de ideias”. In: MEIRELLES, Mauro; RAIZER, Leandro; PEREIRA, Luiza Helena; PEDDE, Valdir. *Ensino de Sociologia: Trabalho, Ciência e Cultura*. Porto Alegre: Evangraf/LAVIECS, 2013. Pp. XXXX
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985.
- LÖNNROT, Elias. *Le kalevala: épopée populaire finlandaise*. Paris: Stock+Plus, 1978.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012a. (Vol. 1 Tomo 1).
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. 2012b. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/>
- MENDONÇA, Daniel de. *A noção de antagonismo na Ciência Política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 20, p. 135-145, 2003.
- PIAGET, Jean. *Epistemologia genética*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O possível e o necessário*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. (Volume 1).
- \_\_\_\_\_. *O possível e o necessário*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986. (Volume 2).

- PRICE, Sally. Da assinatura ao pedigree. In: \_\_\_\_\_. Arte primitiva em centros civilizados. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000. Pp. 143-153.
- VYGOTSKY, Lev Semynovich. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1. Brasília, EdUnb, 1991.
- ZELIZER, Viviana A.. "Circuits within Capitalism". In: NEE, Victor; SWEDBERG, Richard (Eds.). The Economic Sociology of Capitalism. Princeton: Princeton University Press, 2005. Pp. 289-321.
- \_\_\_\_\_. "Repenser le marché: la construction sociale du 'marché aux bébés' aux États Units, 1870-1930". In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 94, 1992. Pp. 3-26.
- \_\_\_\_\_. Pricing the Priceless Child: The Changing Social Value of Children. New York: Basic Books, 1985.